

A recusa do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) em receber jetons, comunicada oficialmente ontem ao presidente da Câmara e do PMDB o deputado Ulysses Guimarães, trouxe de volta ao Congresso a discussão sobre a remuneração dos parlamentares, assunto bastante discutido nos dois últimos anos. Os deputados novatos defendem majoritariamente a extinção do jeton, mas os mais antigos resistem, argumentando que perderiam a independência sem esta parte da remuneração.

Na comunicação do deputado Mendes Ribeiro, o mais votado do PMDB gaúcho, com mais de 300 mil votos, há também a defesa do pagamento de impostos por parte dos parlamentares, outra questão bastante polêmica. Sobre o pagamento de jetons, afirma que é indevido, porque o compareci-

Deputado abre mão do jeton

mento às sessões nada mais é do que parte das atribuições dos deputados.

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) concorda plenamente com esta colocação: "É claro que estamos a favor disso. É pensamento não apenas dos novos deputados, mas da maioria desta casa. Vamos aprovar tranqüilamente o fim do jeton". O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) também aprova esta tese, além de lembrar que "os parlamentares, o judiciário e os militares não podem ter privilégios fis-

cais, mas sim uma remuneração justa". Já o deputado Aldo Arantes (PC do B/GO) vai mais longe. Defende um salário fixo e a cassação de mandato para o deputado que faltar a oito sessões consecutivas, sem justificativa.

Mas há os deputados que têm outras preocupações. O líder do PTB, Gastone Righi, lembra que teria de ser encontrada uma compensação para a extinção do jeton, que representa um terço da remuneração dos deputados. Segundo ele, o jeton está em Cz\$ 18 mil, enquanto a remuneração fixa é de Cz\$ 6 mil. O rendimento total de Cz\$ 50 mil é completado com verbas adicionais, como auxílio transporte. "Sem o jeton, aqui só ficariam os ricos ou aqueles patrocinados por lobbies. O que precisamos é de uma remuneração justa e transparente".